

INCLUSÃO DIGITAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: INFLUÊNCIA POLÍTICA SOBRE O PROJETO DE LEI 1938/22.

IBEBrasil



Internet Society
Capítulo Brasil

01

Introdução

- 1.1. Apresentação do Projeto de Incidência Política
- 1.2. A Importância das Redes Comunitárias como Política Pública
- 1.3. O Papel do Instituto Bem-Estar Brasil na Articulação de Parcerias

02

Organizações e Parceiros Engajados

- 2.1. Instituto Bem-Estar Brasil: Liderança na Promoção de Redes Comunitárias
- 2.2. Parceiros Estratégicos: Fortalecendo a Implementação de Políticas Públicas
 - 2.2.1. Ministério das Comunicações (MCOM)
 - 2.2.2. Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)
 - 2.2.3. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br)
 - 2.2.4. Ministério da Educação (MEC)
- 2.3. Organizações da Sociedade Civil: Unindo Forças para a Inclusão Digital

03

Linha do Tempo das Ações de Incidência Política

- 3.1. Reuniões Estratégicas: Articulando Parcerias e Promovendo o Diálogo
- 3.2. Reunião sobre Implementação e fiscalização do Fust para redes comunitárias
- 3.3. Colaboração com ABRINT para apoio a redes comunitárias

- 3.4. Reunião sobre parcerias com empresas locais para infraestrutura de internet
- 3.5. Reunião sobre estratégias de inclusão digital e alinhamento com políticas governamentais
- 3.6. Reunião sobre viabilidade de link de alta capacidade para interconexão de comunidades
- 3.7. Reunião sobre encaminhamentos para inclusão sociodigital em São João da Barra
- 3.8. Reunião com Ludymilla Cristinne dos Santos - MCOM sobre redes comunitárias e inclusão digital
- 3.9. Reunião com Claro e Anatel sobre Obrigações de Fazer (ODF) em redes comunitárias
- 3.10. Reunião sobre georreferenciamento e interconexão de redes comunitárias
- 3.11. Reunião sobre colaboração interministerial, prêmio de periferias e preparação para eventos
- 3.12. Relato de atividades e indicações relacionadas ao FUST
- 3.13. Relatório informativo de atividades e resultados do seminário: “Para além do acesso à Internet: como garantir a conectividade significativa”
- 3.14. Discussão sobre estratégias eficazes para a inclusão digital de povos indígenas
- 3.15. Reunião com a Forte Telecom para avaliação e apoio de pontos de conectividade para as baixadas de São João da Barra e Campos

04

Resultados e Impactos Alcançados

- 4.1. Avanços na Regulamentação e Políticas Públicas para Redes Comunitárias
- 4.2. Fortalecimento das Capacidades Técnicas e de Gestão das Redes Comunitárias
- 4.3. Ampliação do Acesso à Conectividade nas Periferias e Zonas Rurais
- 4.4. Maior Reconhecimento e Apoio Institucional às Redes Comunitárias

05

Desafios, Lições Aprendidas e Próximos Passos

- 5.1. Superando Barreiras: Desafios Enfrentados durante o Projeto
- 5.2. Aprendizados Valiosos: Lições para Fortalecer Ações Futuras
- 5.3. Rumo a um Futuro Conectado: Próximos Passos na Incidência Política

06

Conclusão

- 6.1. O Poder da Articulação e Incidência Política para a Inclusão Digital
- 6.2. Um Chamado à Ação: Engajamento Contínuo e Colaboração

Anexos

- A. Anexo I - Projeto Integração de Redes Neutras V2
- B. Anexo II - Guia de Políticas Públicas de Acesso à Internet para os Municípios - PL1938_22
- C. Anexo III - Instituto Bem-Estar Brasil Redes neutras implementação e ampliação de redes comunitárias
- D. Anexo IV - Acordo de Cooperação Técnica
- E. Anexo V - Rascunho Guia de Políticas Públicas para Prefeituras
- F. Anexo VI - Orçamento do Estudo de Adaptação de Concessão Administrativa para Municípios
- G. Anexo VII - Imagens e registros das ações de incidência política



1. Introdução



A inclusão digital é um tema crucial no contexto atual, uma vez que o acesso à internet e às tecnologias da informação e comunicação (TICs) se tornou essencial para a participação plena na sociedade.

No entanto, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos nesse âmbito, com disparidades regionais e socioeconômicas que impactam a capacidade dos cidadãos de usufruir dos benefícios da era digital.

Diante desse cenário, o deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) apresentou na Câmara o Projeto de Lei 1.938/2022, que institui a Política de Inclusão Digital nos Municípios.

A iniciativa é fruto de um processo de incidência política que mobilizou diversos atores em prol da formulação de uma proposta legislativa abrangente e alinhada com as necessidades e desafios da inclusão digital no país.

O Projeto de Lei 1.938/2022 estabelece mecanismos para promover o direito de acesso à internet em banda larga como um direito universal em todos os municípios brasileiros, visando garantir uma maior oferta de instrumentos legais que viabilizem a implementação de políticas públicas de acesso e inclusão digital.

A proposta prevê a destinação de pelo menos 50% dos recursos não reembolsáveis do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) para o financiamento de projetos e programas da política de inclusão digital, com aplicação descentralizada por meio de transferência entre a União e os municípios.

Além disso, o projeto de lei estabelece diretrizes para a participação dos municípios, que deverão apresentar projetos ou programas que garantam a oferta gratuita do serviço de internet em banda larga a todos os cidadãos, promovendo o acesso às redes públicas municipais e fomentar iniciativas de desenvolvimento social mediante o uso das TICs.

A criação dos Conselhos Municipais de Inclusão Digital também está prevista, com o objetivo de elaborar, propor, acompanhar e avaliar projetos e programas públicos de inclusão digital.

É importante ressaltar que a inclusão digital não se limita apenas ao acesso à internet, mas também abrange a questão da conectividade significativa. Isso significa que, além de garantir a infraestrutura necessária para a conexão, é fundamental promover a capacitação dos cidadãos para o uso efetivo e consciente das TICs, bem como fomentar a produção e o acesso a conteúdos relevantes e adequados às necessidades locais.

1.1. Apresentação do Projeto de Incidência Política



O projeto “Inclusão digital nos municípios brasileiros: influência política sobre o Projeto de Lei 1938/22” é uma iniciativa de incidência política liderada pelo Instituto Bem-Estar Brasil com o apoio da ISOC Brasil (Internet Society), com o objetivo de promover políticas públicas que ampliem o acesso à internet e às tecnologias da informação e comunicação (TIC) nos municípios brasileiros.

O foco principal do projeto é influenciar positivamente o processo de aprovação e implementação do Projeto de Lei 1938/22, que propõe a criação de planos municipais de inclusão digital, como forma de fortalecer o pacto federativo.

A inclusão digital é um tema crucial para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, uma vez que a internet e as TIC se tornaram ferramentas essenciais para o exercício da cidadania, acesso à educação, serviços públicos e oportunidades de trabalho.

No entanto, ainda existem significativas desigualdades no acesso a essas tecnologias no país, com grandes disparidades entre regiões, áreas urbanas e rurais, e diferentes grupos socioeconômicos.

Nesse contexto, o projeto de incidência política busca contribuir para a redução dessas desigualdades, por meio da promoção de políticas públicas que garantam a inclusão digital como um direito fundamental para todos os cidadãos brasileiros.

Para alcançar esses objetivos, o Instituto Bem-Estar Brasil adotará uma abordagem multissetorial e colaborativa, envolvendo diversos atores-chave, como gestores públicos, parlamentares, organizações da sociedade civil e stakeholders do setor de TIC.

As principais atividades do projeto incluem:

1. Mapeamento e análise do cenário político e legislativo relacionado à inclusão digital no Brasil;
2. Articulação e engajamento com atores-chave, como parlamentares, gestores públicos e organizações da sociedade civil;
3. Produção e disseminação de conhecimento sobre inclusão digital e políticas públicas relacionadas;
4. Realização de eventos, workshops e seminários para promover o debate e a troca de experiências sobre o tema;
5. Monitoramento e avaliação do progresso do Projeto de Lei 1938/22 e outras iniciativas relacionadas à inclusão digital.

1.2. A Importância das Redes Comunitárias como Política Pública



As redes comunitárias desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão digital, especialmente em áreas onde a infraestrutura de telecomunicações é precária ou inexistente.

Essas redes são iniciativas lideradas pelas próprias comunidades, que se organizam para construir, gerir e manter sua própria infraestrutura de comunicação, garantindo o acesso à internet e às tecnologias da informação e comunicação (TIC) a custos acessíveis e de forma relevante para a comunidade.

No contexto brasileiro, as redes comunitárias têm se mostrado uma alternativa viável e eficaz para a inclusão digital, especialmente em áreas rurais e periferias urbanas, onde as operadoras tradicionais de telecomunicações muitas vezes não têm interesse em investir por causa da baixa lucratividade, devido à inviabilidade técnica e/ou econômica.

Além disso, as redes comunitárias promovem o empoderamento das comunidades, estimulando a participação ativa dos cidadãos na construção e gestão de sua própria infraestrutura de comunicação.

Reconhecendo a importância das redes comunitárias, o projeto “Inclusão digital nos municípios brasileiros: influência política sobre o Projeto de Lei 1938/22” busca promover políticas públicas que apoiem e fortaleçam essas iniciativas. Algumas das medidas propostas incluem:

- 1. Reconhecimento legal das redes comunitárias** como parte das diretrizes da política pública nacional de inclusão digital e telecomunicações.
- 2. Simplificação dos processos** de licenciamento e regulamentação para a operação de redes comunitárias;
- 3. Criação de mecanismos de financiamento e apoio técnico** para a implantação e manutenção de redes comunitárias;
- 4. Promoção da capacitação e formação técnica** para os membros das comunidades envolvidas na gestão das redes;
- 5. Estímulo à colaboração entre redes comunitárias**, poder público provedores de internet e outros atores relevantes, como universidades e organizações da sociedade civil.

Ao incorporar as redes comunitárias como parte integrante das políticas públicas de inclusão digital, o Brasil poderá avançar de forma mais rápida e efetiva na redução das desigualdades de acesso à internet e às TIC.

Além disso, o fortalecimento das redes comunitárias contribuirá para o desenvolvimento local, a geração de emprego e renda, e a promoção da cidadania e da participação social.

O projeto “**Inclusão digital nos municípios brasileiros: influência política sobre o Projeto de Lei 1938/22**” reconhece a importância das redes comunitárias e se compromete a trabalhar para que essas iniciativas sejam devidamente apoiadas e fortalecidas por meio de políticas públicas adequadas.

Acreditamos que, ao valorizar e promover as redes comunitárias, estaremos construindo um Brasil mais inclusivo, conectado e desenvolvido.



1.3. O Papel do Instituto Bem-Estar Brasil na Articulação de Parcerias

O Instituto Bem-Estar Brasil desempenha um papel fundamental na articulação de parcerias estratégicas para a promoção da inclusão digital no país, com foco especial no apoio ao Projeto de Lei 1938/22 e no fortalecimento das redes comunitárias.

Como organização da sociedade civil com ampla experiência na área de inclusão digital e desenvolvimento social, o Instituto Bem-Estar Brasil está bem-posicionado para atuar como um facilitador e catalisador de colaborações entre diferentes atores.

No âmbito do projeto “Inclusão digital nos municípios brasileiros: influência política sobre o Projeto de Lei 1938/22”, o Instituto Bem-Estar Brasil tem se empenhado em mobilizar e engajar com a finalidade de estabelecer parcerias com uma variedade de stakeholders, incluindo:

- 1. Parlamentares e gestores públicos:** O Instituto tem trabalhado para sensibilizar e engajar parlamentares e gestores públicos sobre a importância da inclusão digital e das redes comunitárias, buscando seu apoio para a aprovação e implementação do Projeto de Lei 1938/22 e outras políticas públicas relacionadas.
- 2. Organizações da sociedade civil:** O Instituto tem colaborado com outras organizações da sociedade civil que atuam na área de inclusão digital e desenvolvimento social, compartilhando conhecimentos, experiências e recursos para fortalecer a incidência política e a promoção das redes comunitárias de forma colaborativa.
- 3. Instituições acadêmicas e de pesquisa:** O Instituto tem buscado parcerias com universidades e centros de pesquisa para a produção e disseminação de conhecimento sobre inclusão digital e redes comunitárias, contribuindo para o embasamento técnico e científico das políticas públicas propostas.
- 4. Setor privado:** O Instituto tem dialogado com empresas do setor de telecomunicações e tecnologia da informação, buscando seu apoio e colaboração para a implementação de projetos de inclusão digital e fortalecimento das redes comunitárias.
- 5. Redes comunitárias:** O Instituto tem trabalhado diretamente com as redes comunitárias existentes no país, oferecendo suporte técnico, capacitação e articulação política para fortalecer essas iniciativas e ampliar seu impacto.

Com o apoio dessas parcerias, o Instituto Bem-Estar Brasil busca criar um ambiente favorável para a aprovação e implementação de políticas públicas de inclusão digital, bem como para o fortalecimento e expansão das redes comunitárias no país.

A articulação de parcerias estratégicas permite a mobilização de recursos, conhecimentos e capacidades complementares, ampliando o alcance e a efetividade das ações de incidência política e promoção da inclusão digital.

2. Organizações e Parceiros Engajados

O projeto “**Inclusão digital nos municípios brasileiros: influência política sobre o Projeto de Lei 1938/22**” conta com a participação e o apoio de diversas organizações e parceiros engajados na promoção da inclusão digital e no fortalecimento das redes comunitárias no Brasil.

Essas parcerias são fundamentais para a troca de conhecimentos, experiências e recursos, ampliando o alcance e a efetividade das ações de incidência política.

Entre as principais organizações e parceiros envolvidos no projeto, destacam-se:

- **Movimento da sociedade civil:** Instituto Bem-Estar Brasil, Comitê de Redes Comunitárias do Brasil, Coalizão Direitos na Rede, Internet Society, Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), entre outros.

- **Instituições governamentais:** Secretaria Nacional de Periferias (SNP) do Ministério das Cidades, Ministério da Educação (MEC), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ministério das Comunicações (MCom) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

- **Instituições acadêmicas:** Universidades (IFF, IF sertão/PE e UENF) e centros de pesquisa com expertise em inclusão digital e redes comunitárias.

- **Redes comunitárias:** Diversas redes comunitárias existentes no país, que serão beneficiadas e fortalecidas pelas políticas públicas propostas.

Cada um desses parceiros desempenha um papel específico no projeto, contribuindo com seus conhecimentos, experiências e recursos para o avanço da inclusão digital e o fortalecimento das redes comunitárias no Brasil.

A articulação e a colaboração entre esses atores são essenciais para a construção de políticas públicas efetivas e para a promoção de um ambiente favorável à inclusão digital em todo o país.

2.1. Instituto Bem-Estar Brasil: Liderança na promoção de Redes Comunitárias



O Instituto Bem-Estar Brasil tem se destacado como uma organização de mobilização e liderança na promoção de redes comunitárias no país, desempenhando um papel fundamental na articulação de parcerias e na incidência política para a construção de políticas públicas de inclusão digital.

Com uma ampla experiência na área de desenvolvimento social e inclusão digital, o instituto tem atuado como um catalisador de iniciativas voltadas para o fortalecimento das redes comunitárias e a ampliação do acesso à conectividade nas periferias urbanas, áreas rurais e em territórios tradicionais.

Entre as principais ações do Instituto Bem-Estar Brasil na promoção de redes comunitárias, destacam-se:

1. Articulação de parcerias: O instituto tem se empenhado em estabelecer parcerias estratégicas com uma variedade de atores, incluindo organizações da sociedade civil, instituições governamentais, universidades e o setor privado. Essas parcerias visam mobilizar recursos, conhecimentos e capacidades complementares para a implementação de projetos de inclusão digital e fortalecimento das redes comunitárias.

2. Incidência política: O Instituto Bem-Estar Brasil tem atuado ativamente na incidência política para a construção de um ambiente regulatório e de políticas públicas favoráveis às redes comunitárias. Por meio de o diálogo com parlamentares, gestores públicos e órgãos reguladores, o instituto busca sensibilizar e engajar esses atores para a importância das redes comunitárias como provedores legítimos de serviços de telecomunicações.

3. Capacitação e formação técnica: O instituto tem se dedicado a promover a capacitação e formação técnica dos membros das comunidades envolvidas na gestão das redes comunitárias. Busca parcerias com instituições como o Ministério da Educação (MEC), Institutos Federais e o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), o Instituto Bem-Estar Brasil tem trabalhado para viabilizar a oferta de cursos de formação técnica e administrativa em redes comunitárias, fortalecendo a sustentabilidade e a autogestão dessas iniciativas.

4. Apoio direto às redes comunitárias: O instituto também tem atuado diretamente junto às redes comunitárias existentes no país, oferecendo

suporte técnico, capacitação e articulação política para fortalecer essas iniciativas e ampliar seu impacto. Com o apoio direto, o Instituto Bem-Estar Brasil busca contribuir para a consolidação e expansão das redes comunitárias como agentes fundamentais da inclusão digital no Brasil.

Com sua liderança e atuação abrangente, o Instituto Bem-Estar Brasil tem se consolidado como um ator-chave na promoção de redes comunitárias no país, contribuindo de forma significativa para a construção de um Brasil mais inclusivo e conectado.

A partir das ações de articulação, incidência política, capacitação e apoio direto, o instituto tem impulsionado o fortalecimento das redes comunitárias e a ampliação do acesso à conectividade nas periferias urbanas e rurais, promovendo a inclusão digital como um direito fundamental para todos os cidadãos.

2.2. Parceiros Estratégicos: Fortalecendo a Implementação de Políticas Públicas

O projeto “Inclusão digital nos municípios brasileiros: influência política sobre o Projeto de Lei 1938/22” reconhece a importância de estabelecer parcerias estratégicas com atores-chave para fortalecer a implementação de políticas públicas de inclusão digital e apoio às redes comunitárias. Esses parceiros desempenham um papel fundamental na viabilização e efetividade das ações propostas, contribuindo com sua expertise, recursos e influência política.

Entre os principais parceiros estratégicos do projeto, destacam-se:

1. Secretaria Nacional de Periferias (SNP) do Ministério das Cidades: A SNP é um parceiro essencial na articulação de políticas públicas voltadas para a inclusão digital nas periferias urbanas. Com o **Programa Periferia Viva**, a secretaria busca identificar e atender às demandas das comunidades periféricas, promovendo a participação social e a implementação de soluções efetivas. A colaboração com a SNP permitirá alinhar as ações do projeto com as iniciativas já existentes no âmbito do ministério, potencializando seus resultados.

2. Ministério da Educação (MEC) e Institutos Federais: O MEC é um parceiro estratégico para a promoção da capacitação e formação técnica em redes comunitárias. **Através de modelos de programas como os cursos FIC e as Oficinas 4.0**, o ministério pode contribuir para a qualificação dos membros das comunidades envolvidas na gestão das redes, fornecendo bolsas para alunos e professores e apoiando o desenvolvimento de planos pedagógicos adequados. A parceria com o MEC, por meio dos Institutos Federais, será fundamental para viabilizar a oferta de cursos de formação técnica e administrativa em redes comunitárias, fortalecendo a sustentabilidade e a autogestão dessas iniciativas.

3. Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel): A Anatel, como órgão regulador do setor de telecomunicações, desempenha um papel crucial na criação de um ambiente regulatório favorável às redes comunitárias. **Com o apoio do Grupo de Trabalho de Redes Comunitárias (GTRCOM)**, a agência tem discutido medidas para simplificar os processos de licenciamento e regulamentação para a operação de redes comunitárias, bem como incentivos para a formação e capacitação nessa área. A parceria com a Anatel será essencial para a construção de um marco regulatório que reconheça e apoie as redes comunitárias como provedores legítimos de serviços de telecomunicações.

Além desses parceiros estratégicos, o projeto também buscará fortalecer a colaboração com outras organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas e o setor privado, visando mobilizar recursos, conhecimentos e capacidades complementares para a implementação efetiva das políticas públicas propostas.

Com a efetivação das parcerias estratégicas, o projeto **“Inclusão digital nos municípios brasileiros: influência política sobre o Projeto de Lei 1938/22”** estará mais bem equipado para enfrentar os desafios da inclusão digital no Brasil, promovendo políticas públicas assertivas e fortalecendo as redes comunitárias como agentes fundamentais desse processo.

2.3. Organizações e Movimentos da Sociedade Civil: Unindo Forças para a Inclusão Digital



O projeto **“Inclusão digital nos municípios brasileiros: influência política sobre o Projeto de Lei 1938/22”** reconhece a importância da colaboração entre organizações da sociedade civil para a promoção da inclusão digital e o fortalecimento das redes comunitárias no Brasil.

Essas organizações desempenham um papel fundamental na mobilização de recursos, conhecimentos e capacidades complementares, bem como na articulação política e no engajamento das comunidades beneficiárias.

Entre as principais organizações da sociedade civil envolvidas no projeto, destacam-se:

1. Coalizão dos Direitos na Rede (CDR): A Coalizão Direitos na Rede é uma rede de entidades que reúne mais de 50 organizações acadêmicas e da sociedade civil em defesa dos direitos digitais, tendo como temas principais de atuação: acesso, liberdade de expressão, proteção de dados pessoais e privacidade na internet.

2. Núcleo de Informação e Comunicação: O NIC é uma organização dedicada à promoção da inovação e do empreendedorismo social nas comunidades. Com sua experiência na criação e gestão de espaços de inovação comunitária, o NIC será um parceiro valioso na concepção e implementação de programas de capacitação e formação técnica em redes comunitárias, contribuindo para a sustentabilidade e a autogestão dessas iniciativas.

3. Outras organizações da sociedade civil: O projeto também buscará envolver outras organizações da sociedade civil com atuação nas áreas de inclusão digital, desenvolvimento comunitário e defesa de direitos. Essas organizações poderão contribuir com sua expertise temática, capilaridade territorial e capacidade de mobilização social, fortalecendo a implementação das ações propostas e ampliando seu alcance e impacto.

A colaboração entre essas organizações da sociedade civil será fundamental para a construção de uma rede de apoio robusta e diversificada, capaz de enfrentar os desafios da inclusão digital no Brasil.

A troca de experiências, do compartilhamento de recursos e da ação coordenada, dessas organizações podem potencializar seus esforços e contribuir de forma mais efetiva para a promoção da inclusão digital e o fortalecimento das redes comunitárias.

Além disso, a atuação articulada dessas organizações será essencial para a incidência política e a mobilização social em torno do Projeto de Lei 1938/22 e outras iniciativas relacionadas à inclusão digital.

Com ações de advocacy, campanhas de sensibilização e engajamento da sociedade civil, essas organizações poderão contribuir para a criação de um ambiente político e social favorável à implementação de políticas públicas de apoio às redes comunitárias e à universalização do acesso à internet.

Em suma, a união de forças entre as organizações da sociedade civil envolvidas no projeto será um fator determinante para o sucesso das ações de inclusão digital e fortalecimento das redes comunitárias no Brasil.

A partir da colaboração, da troca de conhecimentos e da ação coordenada, essas organizações poderão contribuir de forma significativa para a construção de um país mais inclusivo e conectado, garantindo o direito à comunicação e à informação para todos os cidadãos.

3. Reuniões de Trabalho - Linha do Tempo das Ações de Incidência Política

O projeto “Inclusão digital nos municípios brasileiros: influência política sobre o Projeto de Lei 1938/22” tem como um de seus pilares fundamentais a incidência política para a construção de um ambiente regulatório e de políticas públicas favoráveis às cidades digitais e às redes comunitárias.

Ao longo do desenvolvimento do projeto, diversas ações de incidência política foram realizadas, visando sensibilizar e engajar atores-chave para a importância das políticas sociais de inclusão digital, principalmente, através das redes comunitárias como parte integrada das cidades digitais.

3.1. Participação no Evento de Redes Comunitárias da Anatel



Data: 22/11/2024

Participantes: Anatel, ISOC do Brasil e Comitê de Redes Comunitárias

Objetivo: O seminário “Desafios para a Expansão Sustentável das Redes Comunitárias no Brasil” foi realizado em 22 de novembro de 2023, na sede da Anatel, em Brasília. O evento tinha como objetivo

principal ampliar o diálogo com a sociedade civil e discutir mecanismos para aprimorar e viabilizar as redes comunitárias.

Resumo:

Abertura do Evento

O evento começou com uma sessão de abertura, contando com importantes figuras do setor, como o presidente da Anatel, Carlos Baigorri, o conselheiro Vicente Aquino, e representantes de diversos setores, incluindo Raquel Gatto, representando a ISOC Brasil e o Comitê de Redes Comunitárias.

1. Tecnologia e Saberes: o Acesso de Povos e Comunidades Tradicionais às Redes Comunitárias

O evento iniciou com uma palestra da Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável (MMA), destacando a importância do acesso de povos e comunidades tradicionais às redes comunitárias.

Painel 1.1: O que são as Redes Comunitárias e seus usos, serviços e possibilidades

Moderado por Nilo Pasquali, este painel abordou a natureza das redes comunitárias e suas diferentes utilidades. Os palestrantes, incluindo representantes de diversas redes comunitárias e acadêmicos, compartilharam insights sobre a importância dessas redes para comunidades marginalizadas e apresentaram estudos de caso de sucesso.

Painel 1.2: Desafios para instalação e continuidade das redes comunitárias

Moderado por Eduardo Jacomassi, o segundo painel discutiu os desafios enfrentados pelas redes comunitárias em sua instalação e manutenção. Os palestrantes, provenientes de organizações como Rhizomatica e Instituto NUPEF, exploraram temas como sustentabilidade financeira, apropriação tecnológica e permanência no território.

2. O valor das redes comunitárias para fortalecer direitos fundamentais e soberania digital

Luca Belli, professor da FGV, apresentou uma palestra destacando o valor das redes comunitárias para fortalecer direitos fundamentais e soberania digital.

Painel 2.1: Possíveis soluções para a expansão das redes comunitárias

O terceiro painel do seminário, moderado por Marcelo Saldanha, presidente do Instituto Bem Estar Brasil, centrou-se em possíveis soluções para a expansão das redes comunitárias. Saldanha, em sua moderação, enfatizou a necessidade de regulamentações favoráveis e recursos financeiros consistentes para apoiar essas redes.

Os temas abordados no painel incluíram:

- **Estímulo e fomento das redes comunitárias (MCOM):** A discussão focou em como as políticas públicas podem estimular e fomentar iniciativas de redes comunitárias, além de como facilitar o acesso ao FUST para projetos sociais e sem fins lucrativos. A importância da colaboração interministerial também foi destacada.

- **Regulamentação favorável (ANATEL):** Foi abordada a necessidade de um ambiente regulatório mais estável, simples e seguro para as redes comunitárias, e como a Anatel pode contribuir para a promoção de políticas públicas e sociais visando a universalização do acesso à internet.

- **Parcerias e educação (TELCOMP):** O painel explorou como associações de pequenos e médios prestadores de telecomunicações podem promover parcerias e educar sobre redes comunitárias, além de como essas relações podem contribuir para a universalização do acesso à internet.

- **Responsabilidade social e ESG (CONEXIS):** Discutiu-se como as ações de responsabilidade social alinhadas aos planos ESG podem apoiar as redes comunitárias e promover um cenário mais justo e sustentável. A importância de apoiar as redes em territórios abrangidos por obrigações de telecomunicações também foi levantada.

- **Inclusão digital e políticas governamentais (MinCidades/SNP):** A importância de fomentar políticas de inclusão digital, principalmente no contexto de programas como 'Periferia Viva', foi enfatizada, assim como a necessidade de colaboração interministerial para apoiar redes comunitárias e reduzir desigualdades.

O painel proporcionou um diálogo rico sobre as formas de expandir as redes comunitárias no Brasil, destacando a importância de políticas públicas, regulamentações favoráveis e colaborações intersetoriais para o sucesso dessas redes.

Encerramento

O evento foi encerrado pelo conselheiro Vicente Aquino, presidente do Grupo de Trabalho de Redes Comunitárias. O seminário destacou a relevância das redes comunitárias no cenário brasileiro, oferecendo uma plataforma para discutir desafios e identificar soluções para sua expansão sustentável.



3.2. Reunião sobre Implementação e fiscalização do Fust para redes comunitárias



Data: 15/02/2024

Participantes: Instituto Bem-Estar Brasil, Bruna Zanolli, Rosângela Silva Açu, Eduardo Jacomassi - Anatel, Daiane Araujo, Ana Beatriz Mota, Carol, comuREDE - makerspace de impacto social, Rosângela, Filipe - Fonseca (Total de participantes: 17)

Objetivo: Discutir os detalhes sobre a implementação e fiscalização do uso do FUST para o financiamento de redes comunitárias, e alinhar as próximas etapas para a participação e representação da sociedade civil no CGFUST.

Resumo:

- Eduardo Jacomassi forneceu esclarecimentos adicionais sobre como os recursos do FUST serão alocados para redes comunitárias, incluindo detalhamento necessário de grupos beneficiários e critérios financeiros.
- Houve discussão sobre o papel do BNDES na fiscalização dos projetos financiados pelo FUST. Jacomassi explicou que a fiscalização seguirá o modelo de verificação remota já usado pela Anatel, com a possibilidade de inspeções diretas baseadas em critérios estabelecidos.
- A seleção de projetos será gerida pelo BNDES, seguindo diretrizes que serão inicialmente aplicadas para a conexão de escolas e posteriormente adaptadas para redes comunitárias.
- Jacomassi destacou a importância de garantir a representação da sociedade civil no CGFUST para assegurar que as perspectivas das comunidades sejam consideradas nas decisões.
- Jacomassi sugeriu que o comitê de redes comece a detalhar os parâmetros de custo e outros critérios técnicos para estar pronto quando o edital for lançado, enfatizando a necessidade de adaptar os processos desenvolvidos para escolas para as redes comunitárias.
- Foi discutida a necessidade de um projeto específico para redes comunitárias que complemente o GAPE, especialmente focado em regiões urbanas e áreas não atendidas pelo projeto inicialmente focado no Norte.

- Decisões tomadas incluíram que o comitê de redes deverá trabalhar no detalhamento dos critérios técnicos e financeiros para as redes comunitárias, utilizando como base os processos desenvolvidos para a conexão de escolas, e iniciar as ações para garantir a representação formal da sociedade civil no CGFUST, visando influenciar as políticas de financiamento de forma mais eficaz.

- Próximos passos envolvem preparar documentação detalhada sobre critérios de seleção, fiscalização e gestão para apresentação na primeira reunião do CGFUST com a participação do comitê, e continuar o diálogo com a Anatel, o MCOM e outras entidades para assegurar que as necessidades das redes comunitárias sejam adequadamente representadas e apoiadas.

- A reunião foi crucial para esclarecer várias questões sobre a aplicação do FUST para redes comunitárias e estabelecer uma linha clara de ação para envolver a sociedade civil no processo de decisão e gestão desses recursos. A equipe está comprometida em seguir as orientações e preparar o terreno para implementar as políticas de maneira eficaz.

3.3. Colaboração com ABRINT para apoio a redes comunitárias

Data: 15/02/2024

Participantes: Marcelo Saldanha, Godoy (Abrint), Rosangela Silva, Cristiane Sanches (Abrint), Bruna Zanolli, Rhian Duarte (Abrint), Carol, Ana Beatriz Mota, Sidnei Batistella (Abrint), Sueli Costa da Silva, Mauricélio (Abrint),

Objetivo: Discutir estratégias práticas para o apoio de pequenos provedores a redes comunitárias, abordar a regulação pertinente e identificar possíveis desafios e soluções para a colaboração entre provedores e redes comunitárias.

Resumo das Discussões:

Suporte Prático dos Provedores

- Cris Sanches destacou que os provedores podem oferecer serviços diretos e suporte técnico às redes comunitárias, aproveitando o conhecimento e recursos da mão de obra especializada.

- A discussão enfatizou a importância de entender a divisão entre redes que operam internamente e aquelas que fornecem acesso externo aos membros.

Desafios Econômicos e Culturais

- Foi discutida a dificuldade dos provedores em adaptar seus modelos comerciais às necessidades financeiras limitadas das redes comunitárias, especialmente em termos de custos de conectividade.
- Fomento à Cooperação e Desoneração Fiscal.
- A colaboração entre a ABRINT e redes comunitárias pode incluir a facilitação de um modelo de atacado adaptado e desoneração do ICMS para tornar o suporte mais viável.

Abordagem Regulatória:

- Marcelo e Godoi discutiram aspectos regulatórios, incluindo a simplificação das regras para facilitar a implementação e operação de redes comunitárias, com destaque para a dispensa de autorização e possíveis simplificações via SLP (Serviço Limitado Privado).

Engajamento Estratégico e Financeiro:

- A necessidade de um maior engajamento estratégico com financiadores, incluindo o BNDES, e a utilização de recursos do FUST foram consideradas essenciais para sustentar a colaboração entre provedores e redes comunitárias.

Decisões Tomadas

- Elaboração de uma Lista de Localidades Necessitadas:
- Bruna sugeriu a criação de uma lista compartilhada de localidades que requerem conectividade para facilitar a implantação de serviços por provedores interessados.

Proposta de Modelos de Negócio

- Marcelo propôs considerar redes como um modelo de negócio que não apenas beneficia as comunidades mas também pode ser visto como uma oportunidade de mercado para pequenos provedores com modelos de rede neutra.

Próximos Passos

Documentação de Estratégias de Apoio

- A ABRINT comprometeu-se a trabalhar com seus membros para elaborar estratégias que detalhem como os pequenos provedores podem efetivamente apoiar as redes comunitárias, incluindo aspectos técnicos e regulatórios.

Fomento de Parcerias:

- Incentivar e facilitar parcerias estratégicas entre pequenos provedores e redes comunitárias, visando um modelo sustentável de cooperação e apoio mútuo.

Observações Finais

A reunião destacou a importância da colaboração entre pequenos provedores e redes comunitárias, abordando não apenas o suporte técnico e financeiro, mas também a necessidade de adaptar abordagens regulatórias e comerciais para apoiar efetivamente as iniciativas de conectividade comunitária. A discussão reforçou o compromisso da ABRINT em promover e facilitar essas parcerias, visando a inclusão digital.

3.4. Reunião sobre parcerias com empresas locais para infraestrutura de internet

Data: 21/02/2024

Participantes: Marcelo Saldanha, Ana Beatriz Mota, Fabiola Marçal, Fabiano Pereira, Rosangela (Total de participantes: 5)

Objetivos da Reunião

Explorar possibilidades de estabelecimento e ampliação de infraestrutura de internet a partir de parcerias com empresas locais e alinhamento com projetos de responsabilidade social e planos de ESG.

Resumo das Discussões

- OceanPact como ponto físico mais próximo:
- Discussão sobre a existência de link de fibra ótica, possibilidade de apoio ao projeto de redes comunitárias e condições técnicas e custos do serviço de internet atual.

Extensão de fibra para o ponto de distribuição da rede comunitária

- Avaliação de viabilidade técnica e econômica para estender o serviço de fibra ótica até a extensão de fibras para o ponto de distribuição da rede comunitária, incluindo negociações para custos acessíveis sob um modelo de responsabilidade social.

Parceria com a Claro

- Estratégia para mediar a solicitação de um link de fibra ótica com base nos planos de ESG da empresa, expandindo o serviço para outras redes comunitárias.

Alternativa com a VerTV:

- Discussão sobre abordar a VerTV para apoio semelhante, caso as negociações com a OceanPact não progridam.

Decisões Tomadas

- Priorizar a negociação com a Claro, dada a recente procura por parte da empresa em identificar demandas comunitárias locais.
- Explorar alternativas com a VerTV e outros provedores locais se necessário.
- A Porto entrará em contato com a diretoria da OceanPact para discutir possibilidades de apoio logístico e direto ao projeto.

Próximos Passos

- Agendar reunião com o gerente da Claro para discutir potencial parceria e detalhes do plano de ESG.
- Continuar o diálogo com a OceanPact sobre o uso de espaço para infraestrutura de antena e condições de link.
- Avaliar a resposta das empresas contactadas e adaptar a estratégia conforme necessário.

Observações Finais

- A complexidade do uso de postes para passagem de fibra ótica dentro da área do porto foi discutida, com alternativas como enlaces de rádio sendo consideradas como planos de contingência.
- Foi reconhecida a necessidade de mais discussões para resolver as questões técnicas e logísticas, aguardando o agendamento da reunião com a Claro para prosseguir com o projeto.

3.5. Reunião sobre estratégias de inclusão digital e alinhamento com políticas governamentais

Data: 27 de fevereiro de 2024

Participantes: Pedro Pontual, Secretário-Executivo, SE/CC; Carlos Antonio Lopes de Araujo, Assessor Especial, SE/CC; Giselle Favetti, Secretária Especial Adjunta, SAG/CC; Rogério da Veiga, Secretário Especial Adjunto, SAM/CC ; Rodrigo Fonseca, Secretário Especial Adjunto, SAM/CC; Marcelo Saldanha - IBEBrazil; Cristiana Gonzalez, IBEBrazil.

Objetivos da Reunião

Discutir estratégias de inclusão digital focadas em municípios brasileiros e comunidades vulneráveis, alinhando as ações do Instituto Bem-Estar Brasil com as políticas governamentais, especialmente em relação ao PL 1.938/22 e ao planejamento do FUST para inclusão digital.

Resumo das Discussões

A reunião abordou a necessidade de alinhar as iniciativas do IBEBrasil com as políticas federais de inclusão digital. Discutiram-se as estratégias para melhor distribuição dos recursos do FUST, a aplicação de critérios para garantir o impacto social dos investimentos, e a inclusão de comunidades vulneráveis nas políticas digitais.

Destacaram-se ações legislativas, como o PL 1.938/22, e discutiram-se métodos para assegurar a participação social efetiva nas políticas digitais. A reunião também incluiu a preparação de um dossiê com pesquisas e indicadores para reforçar os argumentos do IBEBrasil.

Decisões Tomadas

- Compromisso de enviar um dossiê detalhado à Casa Civil, incluindo pesquisas e propostas de políticas públicas.
- Agendar reuniões com o Ministro Padilha para discutir apoio parlamentar ao PL 1.938/22.
- Elaborar uma lista de PLs/PECs que o IBEBrasil deseja apoiar, com justificativas detalhadas para cada uma.

Próximos Passos

- Preparar e enviar o dossiê com dados e pesquisas sobre inclusão digital à Casa Civil.
- Estabelecer contatos para discussão e articulação de apoio legislativo.
- Organizar um encontro subsequente para avaliar o progresso e ajustar as estratégias conforme necessário.

Observações Finais

A reunião foi um passo importante para estreitar a colaboração entre o IBEBrasil e o governo federal, visando aprimorar as políticas de inclusão digital e garantir que as ações sejam efetivas e beneficiem comunidades vulneráveis. A participação ativa e o compromisso dos presentes indicam um caminho promissor para avanços significativos nas políticas de conectividade nacional.

3.6. Reunião sobre viabilidade de link de alta capacidade para interconexão de comunidades



Data: 04/03/2024

Participantes: Carlos Miquilini (carlos.miquilini@claro.com.br); Fabiano Pereira (fabiano.pereira@portodoacu.com.br); Ana Beatriz e Rosângela Silva (amigosemadores.ama@gmail.com); Marcelo Saldanha (Instituto@bemestarbrasil.org.br)

Objetivos da Reunião: Explorar a viabilidade técnica e econômica para a oferta de um link de alta capacidade a preços acessíveis para interconectar comunidades em Marrecas, Quixaba, Cazumba/Sabonete e Barra do Açu.

Resumo das Discussões

Abertura por Luciola:

Enfatizou a importância das redes comunitárias para o Porto do Açu como um projeto de legado, buscando mediação junto à Claro para uma solução baseada na responsabilidade social da empresa, alinhada aos planos de ESG.

Apresentação por Marcelo:

Descrição das redes comunitárias, discussão sobre políticas públicas de inclusão digital, importância do acesso a links de fibra de alta capacidade e a necessidade de capacitação tecnológica das comunidades, além do suporte ao Capex.

Resposta de Carlos da Claro:

Agradecimento pelas informações e indicação da necessidade de um estudo de viabilidade técnica e econômica. Solicitação de tempo para levantar informações adicionais.

Decisões Tomadas

- A Claro realizará um estudo de viabilidade técnica e econômica para a proposta apresentada.
- O Instituto Bem-Estar Brasil fornecerá informações adicionais sobre as redes comunitárias para auxiliar no estudo da Claro.

Próximos Passos

- O Instituto enviará dados detalhados sobre as infraestruturas das comunidades e necessidades específicas para a Claro.
- A Claro analisará as informações e retornará com uma proposta ou feedback sobre a viabilidade do projeto.

Observações Finais

- Discutiu-se a possibilidade da Claro utilizar o projeto para cumprir metas de telecomunicações e explorar oportunidades de financiamento com o CGFUST e BNDES.
- Foi destacado o potencial benefício do marketing institucional para a Claro, além de cumprir responsabilidades sociais e regulatórias.
- A reunião concluiu com o compromisso mútuo de avançar no estudo da proposta e na busca de soluções que beneficiem tanto as comunidades locais quanto os objetivos corporativos da Claro em relação a suas responsabilidades de ESG.

3.7. Reunião sobre encaminhamentos para inclusão sociodigital em São João da Barra



Data: 05/03/2024

Participantes - Rosangela da AMA Açú; José Roberto da Adec de Cazumba; Criz Gonzalez; Dalvan Batista; Newton Correia; Secretária de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico Joice Maia Pedra; Subsecretario de

Desenvolvimento Econômico e Tecnológico Cláudio Márcio Martins; Secretário de Planejamento e Informatização Allan Barcelos Gonçalves; Diretora de Responsabilidade Social da Porto do Açú Luciola Marcal.

Objetivos da Reunião

- Discutir os encaminhamentos propostos para a continuidade das ações voltadas para a inclusão sociodigital em São João da Barra.
- Estabelecer um plano de trabalho para elaboração de um anteprojeto de lei para ordenamento das políticas de inclusão digital no município.

- Elaborar projeto de parceria entre o poder público municipal, empresas privadas e associações gestoras das redes comunitárias.
- Selecionar fontes de financiamento para políticas públicas de inclusão digital.

Resumo das Discussões

- Marcelo Saldanha iniciou a reunião abordando o contexto das redes comunitárias e a importância da regulamentação da inclusão digital.
- Foram discutidos os desafios enfrentados pelo município de São João da Barra em relação à inclusão digital e o potencial das redes comunitárias para superá-los.
- Lucíola Marcal, da Porto do Açu, destacou o compromisso da empresa com o desenvolvimento regional e a disposição para colaborar com o projeto das redes comunitárias.
- Cristiana, pesquisadora da UNICAMP, apresentou insights sobre as necessidades das comunidades em relação à internet e tecnologia.
- Ana Beatriz enfatizou o caráter não comercial das redes comunitárias e a importância da parceria público-privada para sua implementação.
- Alan detalhou os desafios e possibilidades de financiamento para políticas de inclusão digital.

Decisões Tomadas

- Elaborar um anteprojeto de lei para instituir a política de inclusão digital no município, em parceria com as associações e o poder público, a ser entregue em até 30 dias.
- Desenvolver um projeto de parceria entre o poder público municipal, empresas privadas e associações gestoras das redes comunitárias, contemplando dois modelos de atuação, a ser entregue em até 15 dias.
- Selecionar fontes de financiamento para políticas públicas de inclusão digital e elaborar um plano de trabalho para captação de recursos, com base em proposta a ser entregue em até 30 dias.

Próximos Passos

- Entrega do anteprojeto de lei para análise e melhoria pela assessoria parlamentar.
- Apresentação do projeto de parceria e do plano de captação de recursos ao poder executivo municipal.

- Início das ações previstas no plano de trabalho, com acompanhamento das partes envolvidas.

Observações Finais

A reunião foi marcada pela participação ativa dos envolvidos e pela busca de soluções para os desafios da inclusão digital em São João da Barra. A colaboração entre poder público, empresas privadas, instituições e comunidades demonstra o compromisso com a transformação digital do município e o desenvolvimento regional.

3.8. Reunião com Ludymilla Cristinne dos Santos - MCOM sobre redes comunitárias e inclusão digital

Data: 06/03/2024

Participantes: Daiane, Marcelo, Filipe, Bruna, Ana Beatriz, Elaine, Aldilo, Ludymilla Cristinne dos Santos, Camilla Kely Pacheco Perpetuo

Objetivo: Discutir o envolvimento do MCOM nas iniciativas de redes comunitárias e explorar oportunidades para melhorar o acesso e representação dos movimentos sociais no contexto das políticas de telecomunicações e inclusão digital.

Resumo:

- Daiane apresentou uma visão geral das redes comunitárias, destacando sua importância para a inclusão digital e desenvolvimento social. Ludymilla Cristinne dos Santos, Assessora de Projetos de Diversidade do MCOM e com experiência em movimentos sociais, discutiu as recentes mudanças na estrutura do MCOM que podem melhorar o acesso dos movimentos sociais aos programas governamentais.

- Ludymilla mencionou a criação de Grupos de Trabalho em 2023 para entender melhor o público-alvo dessas iniciativas e a recente ênfase do Ministro nas redes comunitárias. Ela sugeriu que agora é um momento oportuno para apresentar propostas para o uso do FUST e discutiu a possibilidade de formalizar essas propostas por meio de Acordos de Cooperação Técnica (ACT).

- Ludymilla abordou a representação de movimentos sociais em GTs da ANATEL e mencionou a experiência da Colômbia como referência em políticas de inclusão digital. Ela enfatizou a importância de incluir o MCOM em comitês e GTs relacionados a telecomunicações para garantir que as perspectivas dos movimentos sociais sejam consideradas.

- Os participantes concordaram em enviar um email para Ludymilla e Camilla com dados detalhados sobre redes comunitárias, incluindo propostas com estimativas de custo e o impacto esperado, para serem apresentadas ao Ministro.

- Ludymilla informou sobre o evento de 27 de março, o Dia da Inclusão Digital, que incluirá a entrega de computadores e outros esforços de inclusão digital. Discutiu-se também a instituição de conselhos de telecomunicações e radiodifusão neste semestre, o que pode oferecer novas oportunidades para influenciar políticas e programas.

- Ludymilla expressou preocupações sobre a eficácia de programas existentes, como o Telebrás/Wifi Brasil/GESAC no Marajó, e a necessidade de abordagens mais efetivas para conectar áreas remotas e desatendidas.

- Decisões tomadas incluíram comprometer-se a elaborar e enviar propostas detalhadas para o uso do FUST, visando reforçar o suporte às redes comunitárias, e Ludymilla se ofereceu para facilitar uma reunião com o Ministro ou seu chefe de gabinete para discutir as propostas relacionadas ao FUST e outras iniciativas de inclusão digital.

- Próximos passos envolvem finalizar e enviar os documentos necessários para o MCOM até a data acordada, e manter-se envolvido nas atividades do MCOM e nos conselhos recém-formados para garantir que as vozes das redes comunitárias sejam ouvidas.

- A reunião foi crucial para alinhar as expectativas e planos entre o Instituto Bem-Estar Brasil e o MCOM, estabelecendo uma base sólida para colaborações futuras que podem significativamente avançar as iniciativas de inclusão digital a partir das redes comunitárias. A ênfase continuada em parcerias estratégicas e a participação ativa em conselhos e eventos relevantes serão essenciais para o sucesso dessas iniciativas.

3.9. Reunião com Claro e Anatel sobre Obrigações de Fazer (ODF) em redes comunitárias

Data: 11/03/2024

Participantes: Alexandre Gasparini Salem (Claro), Neiva Miranda Coelho, Lea Fonseca Teles e Monica (Anatel), Sergio Alves Cavendish, Marcelo Santos

Objetivo: Discutir a aplicabilidade das Obrigações de Fazer (ODF) em projetos de redes comunitárias e explorar formas de integração e suporte por parte da Claro e Anatel.

Resumo:

- Lea Fonseca Teles (Anatel) comentou sobre a presença de Provedores de Pequeno Porte (PPP) nas regiões dos projetos apresentados, destacando que direcionar verba pública de ODF para áreas com PPP pode prejudicar a competição existente. O projeto no Pará será incorporado à parte 2 do GAPE (fase de contratação), enquanto o projeto de Pernambuco pareceu mais adequado para regiões sem GAPE.

- Marcelo Santos enfatizou que as redes comunitárias não representam concorrência para os PPPs e discutiu a relevância dos planos de ESG das empresas. Reiterou o compromisso do conselheiro Vicente em tornar as ODFs uma opção mais atrativa do que o pagamento de multas.

- Alexandre Gasparini Salem (Claro) questionou sobre as necessidades específicas das redes comunitárias em termos de capacidade de rede e equipamentos. Discutiu a familiaridade da Claro em cumprir ODFs com foco em cobertura de fibra ou 4G, mas expressou incerteza sobre como abordar aspectos mais sociais do projeto.

- Marcelo propôs que a Claro poderia oferecer suporte na forma de backhaul e permitir que a comunidade interligasse este link a uma rede local, que seria gerida pela própria comunidade. Marcelo sugeriu que a Claro poderia também apoiar a formação tecnológica por meio de bolsas de estudos para técnicos nas comunidades.

- Lea e Salem discutiram os limites da responsabilidade da Claro ao fornecer serviços para redes comunitárias, incluindo onde terminaria a infraestrutura de telecomunicações e começariam as responsabilidades comunitárias.

- Concordou-se que mais discussões são necessárias para detalhar como a Claro e outras operadoras podem efetivamente apoiar redes comunitárias sem conflitar com as operações existentes de PPPs. Marcelo se comprometeu a enviar propostas mais detalhadas que delineiem claramente as necessidades técnicas, operacionais e de capacitação das redes comunitárias.

- Próximos passos envolvem o envio da documentação necessária para Claro e Anatel para facilitar uma avaliação mais aprofundada das propostas, e agendar uma nova reunião para continuar as discussões e refinamentos das propostas, com foco na integração eficaz das ODFs em projetos de redes comunitárias.

- A reunião foi crucial para entender as complexidades e oportunidades associadas à implementação de ODFs em contextos de redes comunitárias. A Claro mostrou-se aberta a explorar maneiras de apoiar essas iniciativas, embora precise de clareza adicional sobre os aspectos técnicos e sociais envolvidos. Continuar essas discussões ajudará a moldar uma colaboração frutífera que beneficie tanto as comunidades quanto as operadoras.

3.10. Reunião sobre georreferenciamento e interconexão de redes comunitárias

Data: 15/03/2024

Participantes: Instituto Bem-Estar Brasil (instituto@bemestarbrasil.org.br); Fernando Maciel (fernando_maciel_santos@hotmail.com, f.maciel@sjb.rj.gov.br); Marco Neto (marcoarelioneto@fortetelecom.com.br); Felipe Quintanilha (felipe@fortetelecom.com.br); Newton Correia (newton.correia@gmail.com)

Objetivos da Reunião

Compartilhar informações das comunidades e discutir demandas de interconexão, além de revisar o georreferenciamento das redes comunitárias na Baixada Campista e no Sertão Sanjoanense, visando avaliar a viabilidade e apoio para interconexão com a internet dessas redes.

Resumo das Discussões

Foi discutido o progresso do projeto de georreferenciamento para criação de redes comunitárias nos territórios de Marrecas/Quixaba, Barra do Açu e Sabonete/Cazumba. O projeto já foi encaminhado para estudo de viabilidade no Grupo de Trabalho de Redes Comunitárias na Anatel e será apresentado ao Comitê Gestor do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (CGFUST). Também foi mencionada a intenção de trabalhar com o poder público municipal em 2024 e articular emendas parlamentares para 2025.

Decisões Tomadas

- Continuar o trabalho com o Grupo de Trabalho de Redes Comunitárias na Anatel e o CGFUST para obter recursos não reembolsáveis para o financiamento das redes comunitárias.
- Iniciar contatos com o poder público municipal e articular emendas parlamentares com base no programa “2305 - Comunicações para Inclusão e Transformação”.

Próximos Passos

- Aguardar a devolutiva do estudo de viabilidade pela Anatel e o CGFUST.
- Preparar apresentações para as prefeituras e para a Porto, uma vez recebida a devolutiva positiva.
- Atualizar os stakeholders do projeto nas próximas reuniões.

Observações Finais

A reunião foi estratégica para o avanço do projeto de redes comunitárias, com ênfase no georreferenciamento como ferramenta crucial para a expansão e viabilidade das redes. A colaboração entre as partes foi reforçada como essencial para o sucesso do projeto

3.11. Reunião sobre colaboração interministerial, prêmio de periferias e preparação para eventos

Data: 04/04/2024

Participantes: Marcelo, Daiane, Bruna, Alexandre Barbosa, Elaine, João Batista, Daniel, Filipe Rhimes, João Vitor, Jeová, Carol, Fábio

Objetivo: Discutir a interação do BNDES e a aplicação de fundos do FUST em projetos de periferia, debater o envolvimento do MCOM no PAC para telecomunicações, explorar a colaboração com a SNP do MinCidades, considerar alterações no prêmio de periferias e a integração escolar, e preparar para eventos e reuniões futuras.

Resumo:

BNDES FUST e Periferias:

- Discussão sobre a interação do BNDES e a aplicação de fundos do FUST em projetos de periferia. Assessor Josias mencionado; detalhes não especificados.

PAC para Telecomunicações e Participação do MCOM:

- Debate sobre o envolvimento do MCOM na conversa sobre o PAC para telecomunicações, embora o orçamento principal venha do Ministério das Cidades. A possibilidade de usar recursos de outros ministérios foi explorada.

Conversas com a Secretaria Nacional de Periferias (SNP):

- Discussão sobre a colaboração em andamento com a SNP do MinCidades e a possível articulação com a Secretaria Nacional de Habitação para abordar áreas rurais e povos tradicionais fora das áreas urbanas.

Prêmio de Periferias e Integração Escolar

- Considerações sobre como alterar as regras de seleção para o prêmio de periferias e a necessidade de cofinanciamento de 50%, o que foi visto como um obstáculo. Discutido também foi o papel das escolas nos territórios de periferia como hubs de conectividade, utilizando recursos do FUST.

Preparação para Eventos e Reuniões

- Preparativos para o evento nos dias 16 e 17, incluindo o envio de convites. Uma reunião com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) foi agendada para o dia 17.

Ofício nº 0037/2023 - Solicitação de Reunião com a SNP

- Destinatário: Sr. Guilherme Simões Pereira, Secretaria Nacional de Periferias
- Ministério das Cidades

Conteúdo

- Solicitação de reunião para discutir o apoio a redes comunitárias, com ênfase na necessidade de recursos iniciais para infraestrutura e programas formativos, e a proposta de integrar redes comunitárias em cidades inteligentes e em estratégias de empoderamento comunitário.

- Decisões e encaminhamentos incluem continuar as discussões sobre a colaboração interministerial para financiar efetivamente as iniciativas de telecomunicações em periferias e áreas rurais, e preparar detalhadamente para a reunião proposta com a SNP, destacando a importância das redes comunitárias e a necessidade de um apoio mais substancial e flexível.

- A reunião focou em como fortalecer o suporte para redes comunitárias por meio de várias frentes ministeriais e programas de financiamento. A importância de uma abordagem integrada foi reiterada, necessária para abordar eficazmente as desigualdades digitais e sociais em áreas periféricas e rurais do Brasil.

3.12. Relato de atividades e indicações relacionadas ao FUST

Data: 15 de abril de 2024

Pauta: Apresentação de Proposta de Uso do FUST para Apoio às Redes Comunitárias

Objetivo: A reunião significativa ocorreu com o Conselho Gestor do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (CGFUST), em que representantes do Comitê de Redes Comunitárias apresentaram propostas detalhadas para a utilização do FUST em apoio às redes comunitárias.

Resumo:

As apresentações, realizadas online, enfatizaram como os recursos do FUST podem ser eficazmente empregados para ampliar a conectividade em áreas

rurais, áreas urbanas vulnerabilizadas e em comunidades de povos tradicionais, focando na democratização do acesso à internet.

O documento apresentado, “Proposta de Alocação de recursos do FUST Redes Comunitárias”, detalhou estratégias técnicas e administrativas para a aplicação dos fundos.

Essas estratégias incluem a expansão da infraestrutura de internet, o fortalecimento das capacidades locais e a promoção da autogestão pelas comunidades beneficiadas. A discussão foi enriquecida com dados e análises que destacaram a urgente necessidade de intervenção em regiões subatendidas, propondo um modelo de financiamento que prioriza projetos de impacto social direto.

Indicação de membros para o CGFUST

Em complemento à reunião do CGFUST, o Instituto Bem-estar Brasil, representando o Comitê de Redes Comunitárias, formalizou a indicação de membros para representar a sociedade civil no Conselho.

A lista tríplice enviada ao Ministro das Comunicações inclui nomes como Marcelo Saldanha da Silva, Bruna Zanolli e José Vitor Pereira Neto para titulares, e Marcelo Anderson Batista dos Santos, Cristiana de Oliveira Gonzalez e Adriane Panduro Gama para suplentes.

Estes candidatos foram escolhidos por sua experiência em telecomunicações e compromisso com a inclusão digital, ressaltando a importância de uma representação que entende as necessidades das comunidades menos atendidas e pode influenciar positivamente as políticas de universalização de serviços de telecomunicações.

Considerações finais

Este movimento estratégico visa garantir que as políticas e os fundos destinados à universalização dos serviços de telecomunicações sejam aplicados de maneira que realmente atendam às necessidades das populações mais vulneráveis, promovendo não apenas o acesso, mas uma conectividade significativa que suporte o desenvolvimento social e econômico sustentável das comunidades.

A indicação reflete o compromisso do Comitê e do Instituto em participar ativamente nas discussões e decisões que afetam a inclusão digital no país, garantindo que as perspectivas das comunidades rurais, urbanas e tradicionais sejam consideradas nas políticas públicas de telecomunicações.

3.13. Relatório informativo de atividades e resultados do seminário: “Para além do acesso à Internet: como garantir a conectividade significativa”



Data: 16 e 17 de abril de 2024

Local: Windsor Plaza Brasília e transmissão online pelo canal do NIC.br no YouTube

Organizador: Câmara de Universalização e Inclusão Digital do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)

Objetivo Geral do Evento

Explorar estratégias para garantir uma conectividade significativa que permita não apenas o acesso à internet, mas também uma utilização que contribua para a transformação humana, social e econômica dentro da sociedade da informação.

Programação e Desenvolvimento

O evento foi resultado de oito reuniões de trabalho na Câmara de Universalização e Inclusão Digital do CGI, envolvendo membros como Marcelo Saldanha. Durante dois dias intensivos, o seminário apresentou discussões ricas acerca das barreiras à conectividade e proposições de políticas públicas para inclusão digital baseadas nos resultados de uma pesquisa recente realizada pelo Cetic.br|NIC.br.

Atividades Realizadas

1. Lançamento de Estudo:

- Apresentação do estudo “Conectividade Significativa: propostas para a medição e o retrato da população no Brasil” por Graziela Castello (Cetic.br), com debate moderado por Bia Barbosa e José Bicalho.

2. Discussões Temáticas sobre Barreiras para Conectividade:

- Dispositivos e ambientes de uso, qualidade da conexão, e acessibilidade financeira, com a participação de especialistas acadêmicos, representantes do governo e do setor privado.

3. Oficinas Temáticas (17 de abril, parte da tarde):

- Focadas em formular sugestões de políticas públicas a partir dos resultados da pesquisa, utilizando uma dinâmica desenvolvida pelo NIC.Br.

4. Encontro de Redes Comunitárias (18 de abril, parte da manhã):

- Discussão sobre o balanço das políticas de inclusão digital e revisão da carta de declaração das redes comunitárias de 2022.

Resultados Identificados

1. Comprometimento Multissetorial:

- O evento marcou um compromisso renovado entre os diversos setores para a adoção de medidas que transcendem o acesso técnico à internet, buscando garantir uma verdadeira inclusão digital.

2. Proposições para Políticas Públicas:

- As oficinas temáticas permitiram a coleta de sugestões específicas para a melhoria das políticas de inclusão digital, as quais serão levadas ao conhecimento de órgãos competentes para futura implementação.

3. Reforço das Redes Comunitárias:

- O encontro destacou a importância das redes comunitárias como ferramentas cruciais para a democratização do acesso à internet em áreas remotas e desassistidas.

Observações Finais

O seminário foi crucial para iluminar os desafios ainda presentes na garantia de um acesso à internet que seja verdadeiramente significativo. Revelou-se uma plataforma de engajamento valiosa para stakeholders de diferentes esferas, que se mostraram dispostos a colaborar na busca de soluções inovadoras e eficazes para a inclusão digital no Brasil.

3.14. Discussão sobre estratégias eficazes para a inclusão digital de povos indígenas



Data: 16/04/2024

Participantes: Bruna Zanolli, José Vitor Pereira Neto (Aqualtune), Alexandre Costa Barbosa (MTST), Adriane Panduro Gama, Lucas Nascimento Reis, Aldilo Amancio Caetano Kaba Munduruku, João Batista José dos Anjos, Espedito Joaquim da Silva (Comunidade Atikum), Ana Beatriz Manhães Gomes

Mota, Ageu Lobo Pereira, Fabiano (MTST), Bruno Kanela - MPI, Cristiana Gonzalez, Larissa Pankaru - MPI

Objetivos da Reunião

Discussão sobre estratégias eficazes para a inclusão digital de povos indígenas em ambientes urbanos e rurais, com foco em garantir acesso significativo à internet e considerando desafios geográficos, sociais e econômicos.

Resumo das Discussões

A reunião abordou a necessidade de acesso à internet para povos indígenas, com ênfase na adaptação às suas necessidades específicas. Bruno Kanela discutiu as potencialidades das iniciativas de inclusão digital, citando o programa Conecta Parente e expressando a vontade de colaborar com o MCOM para avançar no diálogo sobre inclusão digital em territórios indígenas.

Representantes das comunidades indígenas, incluindo Aldilo Munduruku e Espedito da etnia Tikun, compartilharam relatos sobre a falta de comunicação e acesso a direitos essenciais, destacando a urgência em atender essas demandas.

Decisões Tomadas

- Bruno Kanela indicou a possível formação de uma nova secretaria de direitos indígenas para abordar questões de inclusão digital mais abrangentes.
- Acordo para fortalecer a colaboração entre o Comitê de Redes Comunitárias e o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) na integração de redes comunitárias com as políticas do MPI.

Próximos Passos

- Intensificar o intercâmbio de informações sobre a integração de redes comunitárias com as políticas de inclusão digital do MPI.
- Organizar reuniões conjuntas com o MCOM para discutir a inclusão digital em territórios de povos tradicionais.
- Desenvolver uma estratégia conjunta que aborde a inclusão digital nas áreas desatendidas, com foco especial em comunidades indígenas.

Observações Finais

A reunião ressaltou a importância de uma abordagem integrada e colaborativa para enfrentar as desigualdades digitais e sociais enfrentadas pelos povos indígenas no Brasil. Foi enfatizado que a inclusão digital é crucial para garantir que essas comunidades não sejam deixadas para trás nas políticas públicas de acesso à informação e tecnologia. A reunião terminou com um compromisso renovado de todas as partes para trabalhar em conjunto, garantindo que as iniciativas de inclusão digital sejam eficazes e bem-sucedidas.

3.15. Reunião com a Forte Telecom para avaliação e apoio de pontos de conectividade para as baixadas de São João da Barra e Campos

Data: 22/04/2024

Participantes: Instituto Bem-Estar Brasil (instituto@bemestarbrasil.org.br); Felipe Quintanilha (felipe@fortetelecom.com.br); Marco Neto (marcoarelioneto@fortetelecom.com.br); Marcelo Saldanha (Não listado, mas mencionado como participante ativo)

Objetivos da Reunião

Avaliar a viabilidade dos pontos de redes comunitárias em Marrecas/Quixaba, Barra do Açu e Sabonete/Cazumba e discutir o apoio da Forte Telecom no projeto de expansão dessas redes nos municípios de Campos e São João da Barra.

Resumo das Discussões

A Forte Telecom confirmou a viabilidade dos pontos discutidos para a instalação das redes comunitárias, sinalizando positivamente para as próximas fases do projeto. Marcelo Saldanha, representante do Instituto Bem-estar Brasil, se comprometeu a fornecer detalhes sobre as capacidades de link de cada comunidade e confirmar os georreferenciamentos.

Discussões sobre a captação de recursos para o projeto, tanto reembolsáveis quanto não reembolsáveis, foram encaminhadas com ênfase na colaboração entre a Forte Telecom, as prefeituras envolvidas e o instituto.

Decisões Tomadas

- Forte Telecom confirmou apoio para instalação das redes comunitárias.
- Marcelo Saldanha ficou responsável por passar as informações adicionais sobre os links e georreferenciamento.
- A Forte Telecom participará das futuras reuniões para discutir a captação de recursos junto ao FUST.

Próximos Passos

- Envio de minuta do Termo de Cooperação entre as associações, a Forte Telecom e as prefeituras.
- Continuação das articulações para captação de recursos, tanto reembolsáveis quanto não reembolsáveis, com a participação da Forte Telecom.

Observações Finais

A reunião reafirmou a parceria entre a Forte Telecom e o Instituto Bem-Estar Brasil como uma colaboração estratégica para a expansão da inclusão digital em áreas subatendidas. O compromisso social da Forte Telecom foi destacado como um elemento chave para o sucesso do projeto, além da perspectiva de fortalecer a inclusão digital em comunidades carentes.



4. Resultados e Impactos Alcançados

O projeto “Inclusão digital nos municípios brasileiros: influência política sobre o Projeto de Lei 1938/22” alcançou resultados significativos em diversas frentes, contribuindo para o avanço da regulamentação, o fortalecimento das redes comunitárias e a ampliação do acesso à conectividade nas periferias e zonas rurais do país.

4.1. Avanços na regulamentação e políticas públicas para redes comunitárias

As ações de incidência política realizadas pelo projeto têm contribuído para o aprimoramento do texto do Projeto de Lei 1938/22, buscando garantir que a legislação atenda às necessidades e demandas das redes comunitárias.

As emendas propostas visam simplificar os processos de licenciamento e regulamentação, além de estabelecer mecanismos de apoio financeiro e técnico para essas iniciativas.

A partir de articulação com atores-chave, como a Secretaria Nacional de Periferias (SNP) do Ministério das Cidades, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e gestores públicos municipais, o projeto tem construído sinergias entre as iniciativas propostas e os programas governamentais existentes.

Essa articulação é fundamental para a revisão de normas e regulamentos que impactam a operação das redes comunitárias, facilitando sua expansão e sustentabilidade.

4.2. Fortalecimento das capacidades técnicas e de gestão das redes comunitárias

O projeto tem se dedicado ao fortalecimento das capacidades técnicas e de gestão das redes comunitárias, promovendo a troca de conhecimentos e experiências entre os atores envolvidos.

Com o apoio de workshops, capacitações e assessoria técnica, as redes comunitárias têm aprimorado suas habilidades para operar e manter suas infraestruturas de forma eficiente e sustentável.

Além disso, o projeto tem estimulado a criação de modelos de sustentabilidade inovadores e parcerias estratégicas, visando garantir a autogestão eficaz das redes comunitárias a longo prazo. Essas iniciativas têm contribuído para o empoderamento das comunidades e para o desenvolvimento de soluções locais adaptadas às suas realidades.

4.3. Ampliação do acesso à conectividade nas periferias e zonas rurais

Um dos principais objetivos do projeto tem sido a ampliação do acesso à conectividade nas periferias e zonas rurais do país.

Por meio do apoio às redes comunitárias, o projeto tem contribuído para levar internet de qualidade a regiões historicamente desassistidas pelas grandes operadoras.

Essa ampliação do acesso à conectividade tem o potencial de transformar a realidade de milhões de brasileiros, especialmente nas comunidades mais vulneráveis.

A inclusão digital promovida pelo projeto permite o acesso à informação, à comunicação e às oportunidades proporcionadas pela internet, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e para o desenvolvimento sustentável dessas regiões.

4.4. Maior reconhecimento e apoio institucional às redes comunitárias



O projeto tem desempenhado um papel fundamental no aumento do reconhecimento e apoio institucional às redes comunitárias. Com a mobilização da sociedade civil e da articulação com atores governamentais, o IBEBrasil tem conseguido dar visibilidade à importância das redes comunitárias como agentes legítimos de inclusão digital.

Esse reconhecimento tem se traduzido em um maior apoio institucional, com a abertura de espaços de diálogo e a construção de parcerias estratégicas. Um exemplo concreto é a articulação com a Prefeitura de São João da Barra, que tem o potencial de se tornar o primeiro município a adotar políticas de inclusão digital de forma ordenada por lei e em apoio às redes comunitárias, levando em consideração as parcerias sustentáveis com empresas de responsabilidade social, organizações da sociedade civil e pequenos provedores locais e regionais.

O projeto “Inclusão digital nos municípios brasileiros” tem demonstrado que, por meio da incidência política, da mobilização social e da articulação de parcerias, é possível avançar na garantia do direito à conectividade para todos os cidadãos, fortalecendo as redes comunitárias e promovendo a inclusão digital como um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável do país.

5. Desafios, lições aprendidas e próximos passos

Ao longo da execução do projeto “**Inclusão digital nos municípios brasileiros: influência política sobre o Projeto de Lei 1938/22**”, a equipe do IBEBrasil enfrentou diversos desafios, aprendeu lições valiosas e traçou os próximos passos para continuar avançando na incidência política em prol das redes comunitárias e da inclusão digital no país.

5.1. Superando Barreiras: Desafios Enfrentados durante o Projeto

Um dos principais desafios enfrentados pelo projeto foi o cenário político no Congresso, que resultou na redução das ações de incidência no PL 1938/22. Apesar disso, a equipe conseguiu articular com a Deputada Jandira Feghali para a relatoria do projeto, faltando apenas a deliberação da presidência da Comissão de Comunicação.

Outro desafio foi a adequação dos esforços de comunicação para a produção de documentos utilizados nas atividades de incidência.

Como os fatos mais relevantes com apelo midiático ocorreram mais para o final do projeto, a equipe optou por focar na entrega de 10 artigos, 10 posts e um social book, deixando os releases de imprensa para momentos mais estratégicos.

Embora as agendas municipais não tenham atingido sua meta quantitativa, as articulações com o município de São João da Barra demonstraram o potencial de se tornar o primeiro município a adotar políticas de inclusão digital de forma ordenada por lei e em apoio às redes comunitárias.

No entanto, o projeto se mostrou com prazo curto devido às dinâmicas políticas e sociais, evidenciando a necessidade de continuidade dos esforços.

5.2. Aprendizados valiosos: lições para fortalecer ações futuras

Uma das principais lições aprendidas durante o projeto foi a importância das parcerias e articulações com outras organizações. Mesmo sem fundos adicionais contabilizados de forma direta, as oportunidades de convites e articulações permitiram a realização de várias atividades relevantes, como os eventos realizados pela Anatel e pelo CGI.

Outra lição valiosa foi o reconhecimento do ativismo como missão da equipe envolvida no projeto. Isso resultou na realização de muito mais atividades do que o previsto, mas que foram essenciais para a construção de uma agenda política mais concreta para atingir os objetivos em torno da pauta do projeto.

A experiência também evidenciou a necessidade de recursos adicionais para dar sustentabilidade e mais energia nas ações de incidência. Apesar da continuidade do projeto no campo do ativismo, o apoio financeiro é fundamental para ampliar e fortalecer as iniciativas.

5.3. Rumo a um futuro conectado: próximos passos na incidência política

Com base nos aprendizados e desafios enfrentados, o IBEBrasil traçou os próximos passos para continuar avançando na incidência política em prol das redes comunitárias e da inclusão digital.

Um dos focos principais será o fechamento do termo de cooperação entre a Prefeitura de São João da Barra, o IBEBrasil, as três redes comunitárias da região (Marrecas/Quixaba, Barra do Açu e Sabonete/Cazumbá), o empreendimento Porto do Açu e o provedor regional Forte Telecom.

Essa iniciativa tem o potencial de se tornar um modelo de parceria sustentável para a inclusão digital em nível municipal.

No contexto federal, a agenda com o Ministério das Comunicações (MCOM) será prioritária. A designação do Secretário de Telecomunicações, Hermano Tercius, para atender às demandas do Comitê de Redes Comunitárias abre caminho para a inclusão das redes comunitárias nas diretrizes da política pública de inclusão digital do ministério.

Além disso, será buscada a ampliação do debate no Conselho Gestor do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (CGFUST) para a aplicação de recursos não reembolsáveis em apoio às redes comunitárias

Outra frente de atuação será a articulação interministerial para a realização de projetos de inclusão digital que tenham sinergia com as redes comunitárias.

Serão exploradas oportunidades em programas como o Periferia Viva (Ministério das Cidades), Conecta Parente (Ministério dos Povos Indígenas), Juventude Negra (Ministério da Igualdade Racial) e Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação), além da continuidade da articulação com os Ministérios do Meio Ambiente, Desenvolvimento Social, Cultura, Educação e Desenvolvimento Agrário.

Esses próximos passos refletem o compromisso do IBEBrasil em continuar a incidência política para o fortalecimento das redes comunitárias e a promoção da inclusão digital como um direito fundamental.

Com a articulação de parcerias, da mobilização social e do diálogo construtivo com atores-chave, o projeto busca contribuir para a construção de um futuro mais conectado e inclusivo para todos os brasileiros.

6. Conclusão

O projeto “Inclusão digital nos municípios brasileiros: influência política sobre o Projeto de Lei 1938/22” demonstrou o poder da articulação e incidência política para avançar na garantia do direito à conectividade e promover a inclusão digital no país.

A partir de uma abordagem multifacetada, envolvendo a mobilização da sociedade civil, a construção de parcerias estratégicas e o diálogo construtivo com atores governamentais, o IBEBrasil conseguiu alcançar resultados significativos e abrir novos caminhos para o fortalecimento das redes comunitárias.

6.1. O poder da articulação e incidência política para a inclusão digital

A experiência do projeto evidenciou o papel fundamental da articulação e incidência política para impulsionar mudanças concretas em prol da inclusão digital. Ao adotar a estratégia de engajamento com atores-chave, como a Secretaria Nacional de Periferias (SNP) do Ministério das Cidades, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e gestores públicos municipais, o IBEBrasil conseguiu influenciar a construção de um ambiente regulatório e institucional mais favorável às redes comunitárias.

As ações de incidência política contribuíram para o aprimoramento do texto do Projeto de Lei 1938/22, buscando garantir que a legislação atenda às necessidades e demandas das redes comunitárias.

Além disso, a articulação de parcerias estratégicas, como a iniciativa com a Prefeitura de São João da Barra, demonstrou o potencial de se criar modelos sustentáveis de inclusão digital em nível municipal, envolvendo diversos atores da sociedade civil, do setor privado e do poder público.

Esses avanços evidenciam o poder da articulação e incidência política para transformar a realidade da inclusão digital no país. Ao dar voz às demandas das comunidades e construir pontes entre diferentes setores, o projeto contribuiu para o reconhecimento das redes comunitárias como agentes legítimos de inclusão digital e para a criação de políticas públicas mais inclusivas e efetivas.

6.2. Um Chamado à Ação: Engajamento Contínuo e Colaboração

Os resultados alcançados pelo projeto “Inclusão digital nos municípios brasileiros” representam um importante passo na direção de um Brasil mais conectado e inclusivo. No entanto, é fundamental reconhecer que a luta pela inclusão digital é um processo contínuo, que requer o engajamento e a colaboração de toda a sociedade.

Este social book não é apenas um registro das conquistas e desafios enfrentados pelo projeto, mas também um chamado à ação para que mais pessoas, organizações e instituições se juntem a essa causa.

A inclusão digital não é uma responsabilidade exclusiva do governo ou das grandes empresas de telecomunicações, mas sim um compromisso compartilhado por todos aqueles que acreditam no poder transformador da conectividade.

Cada um de nós pode contribuir para a construção de um futuro mais inclusivo, seja através do apoio às redes comunitárias, da participação em espaços de diálogo e incidência política, ou da disseminação de informações e boas práticas.

Somente através do engajamento contínuo e da colaboração entre diferentes setores e atores sociais será possível superar os desafios ainda existentes e garantir o direito à conectividade para todos os brasileiros.

O IBEBrasil reafirma seu compromisso em continuar a luta pela inclusão digital, fortalecendo as redes comunitárias e promovendo políticas públicas mais inclusivas e efetivas.

Convidamos todos os leitores deste social book a se juntarem a nós nessa jornada, para que juntos possamos construir um Brasil mais conectado, justo e desenvolvido.

A inclusão digital é um direito fundamental e uma condição essencial para o exercício pleno da cidadania no século XXI. Vamos trabalhar juntos para tornar essa visão uma realidade, garantindo que nenhum brasileiro seja deixado para trás na era digital.

O futuro da inclusão digital depende do engajamento e da colaboração de todos nós.

Clique nos títulos e acesse os anexos em arquivos on-line

[A. Anexo I - Projeto Integração de Redes Neutras V2](#)

[B. Anexo II - Guia de Políticas Públicas de Acesso à Internet para os Municípios -PL1938_22](#)

[C. Anexo III - Instituto Bem-Estar Brasil Redes neutras implementação e ampliação de redes comunitárias](#)

[D. Anexo IV - Acordo de Cooperação Técnica](#)

[E. Anexo V - Rascunho Guia de Políticas Públicas para Prefeituras](#)

[F. Anexo VI - Orçamento do Estudo de Adaptação de Concessão Administrativa para Municípios](#)

[G. Anexo VII - Imagens e registros das ações de incidência política](#)



IBEBrasil



Internet Society
Capítulo Brasil